

Nathalia Masson

Manual de
Direito
Constitucional

7^a
edição

revista, atualizada
e ampliada

2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	27
1. Introdução	27
2. Concepções de Constituição.....	29
2.1. Introdução.....	29
2.2. Constituição sob o prisma sociológico	29
2.3. Constituição sob o aspecto político.....	30
2.4. Constituição em sentido jurídico.....	30
2.5. Concepção culturalista da Constituição (a busca por alguma conexão entre os sentidos anteriormente apresentados).....	33
3. Classificação das Constituições.....	34
3.1. Quanto à origem	34
3.2. Quanto à estabilidade (mutabilidade ou processo de modificação).....	36
3.3. Quanto à forma	39
3.4. Quanto ao modo de elaboração.....	40
3.5. Quanto à extensão	41
3.6. Quanto ao conteúdo	43
3.7. Quanto à finalidade.....	44
3.8. Quanto à interpretação	45
3.9. Quanto à correspondência com a realidade = critério ontológico	46
3.10. Quanto à ideologia (ou quanto à dogmática).....	48
3.11. Quanto à unidade documental (quanto à sistemática)	48
3.12. Quanto ao sistema	49
3.13. Quanto ao local da decretação.....	50
3.14. Quanto ao papel da Constituição (ou função desempenhada pela Constituição)	50
3.15. Quanto ao conteúdo ideológico (ou quanto ao objeto).....	52
3.16. Outras classificações.....	52
4. Aplicabilidade das Normas Constitucionais.....	56
4.1. Introdução.....	56
4.2. A classificação de José Afonso da Silva.....	57
4.3. A classificação de Maria Helena Diniz	59
4.4. A classificação de Uadi Lammêgo Bulos.....	60
4.5. Críticas.....	60
5. Princípios instrumentais de interpretação da Constituição e das leis	61
5.1. Princípio da supremacia da Constituição	61
5.2. Princípio da interpretação conforme a Constituição	62
5.3. Princípio da presunção de constitucionalidade das leis	63
5.4. Princípio da unidade da Constituição.....	63
5.5. Princípio da força normativa	64

5.6.	Princípio do efeito integrador.....	64
5.7.	Princípio da concordância prática ou harmonização.....	64
5.8.	Princípio da máxima efetividade ou da eficiência (intervenção efetiva).....	65
5.9.	Princípio da conformidade funcional ou justeza.....	66
6.	Elementos da Constituição.....	66
7.	Breve histórico das Constituições Brasileiras.....	67
8.	Quadro sinótico.....	75
9.	Questões.....	86
9.1.	Questões objetivas.....	86
9.2.	Questões discursivas.....	97
	Gabarito – questões objetivas.....	98
	Gabarito – questões discursivas.....	111

CAPÍTULO 2

PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO.....	113	
1.	Introdução.....	113
2.	Natureza do poder constituinte.....	115
3.	Titularidade.....	116
4.	Exercício (ou formas de expressão do poder constituinte).....	117
5.	Espécies.....	119
6.	Características do poder constituinte originário.....	121
7.	Direitos adquiridos e o poder constituinte originário.....	126
8.	O poder constituinte supranacional.....	127
9.	Poder constituinte e a tese do patriotismo constitucional.....	128
10.	Poderes constituídos.....	129
10.1.	Introdução.....	129
10.2.	Espécies.....	131
10.2.1.	Poder constituído decorrente (ou poder derivado decorrente).....	131
10.2.2.	Poder constituído reformador (elaboração das emendas constitucionais)....	136
	(10.2.2.1) Introdução.....	136
	(10.2.2.2) Limitações expressas.....	137
	(10.2.2.3) Limitações implícitas.....	152
10.3.	Outros mecanismos de modificação da Constituição da República de 1988.....	159
10.3.1.	A revisão constitucional.....	159
10.3.2.	A mutação constitucional.....	162
11.	Quadro sinótico.....	164
12.	Questões.....	170
12.1.	Questões objetivas.....	170
12.2.	Questões discursivas.....	179
	Gabarito – questões objetivas.....	180
	Gabarito – questões discursivas.....	189

CAPÍTULO 3

DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	191	
1.	Introdução.....	191
2.	A entrada em vigor de uma nova Constituição.....	191

2.1.	Revogação da Constituição pretérita.....	192
2.2.	Recepção dos diplomas infraconstitucionais.....	193
3.	Repristinação.....	200
4.	Recepção material de normas constitucionais.....	201
5.	Quadro sinótico.....	202
6.	Questões.....	204
6.1.	Questões objetivas.....	204
6.2.	Questões discursivas.....	207
	Gabarito – questões objetivas.....	208
	Gabarito – questões discursivas.....	211
CAPÍTULO 4		
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....		213
1.	Introdução.....	213
2.	Distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos.....	214
3.	Gerações de direitos fundamentais.....	216
4.	Características dos direitos fundamentais.....	218
5.	Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	223
6.	Destinatários dos direitos fundamentais.....	225
7.	Aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.....	226
8.	Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas (eficácia horizontal e diagonal)....	227
9.	Colisão de direitos fundamentais.....	230
10.	Hierarquia normativa dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	233
11.	Classificação dos direitos fundamentais.....	236
12.	Quadro sinótico.....	237
13.	Questões.....	240
13.1.	Questões objetivas.....	240
13.2.	Questões discursivas.....	244
	Gabarito – questões objetivas.....	245
	Gabarito – questões discursivas.....	249
CAPÍTULO 5		
DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS.....		253
1.	Introdução.....	253
2.	Direito à vida.....	254
2.1.	Introdução.....	254
2.2.	Questões controversas.....	255
2.2.1.	Princípio da vida humana.....	255
2.2.2.	Aborto.....	257
2.2.3.	Eutanásia e ortotanásia.....	259
3.	Direito à privacidade.....	261
3.1.	Introdução.....	261
3.2.	Direito à intimidade.....	261
3.3.	Direito à vida privada.....	261
3.3.1.	Direito ao esquecimento.....	262

3.4.	Direito à honra.....	266
3.5.	Direito à imagem	267
3.6.	Sigilos pessoais	267
3.6.1.	Sigilo do domicílio	268
3.6.2.	Sigilo de correspondência	271
3.6.3.	Sigilo de dados	272
3.6.3.1.	Dados bancários.....	272
3.6.3.2.	Dados fiscais.....	276
3.6.3.3.	Dados telefônicos.....	276
3.7.	Sigilo das comunicações	277
3.7.1.	Sigilo das comunicações telegráficas	277
3.7.2.	Sigilo das comunicações telefônicas	277
4.	Direito à igualdade	280
4.1.	Introdução	280
4.2.	Princípio da isonomia X ações afirmativas	282
4.3.	Igualdade entre homens e mulheres.....	287
4.4.	Igualdade e identidade de gênero.....	288
4.5.	Aplicação do princípio da isonomia nos critérios de admissão em concurso público	291
5.	Direito à liberdade	293
5.1.	Introdução	293
5.2.	Liberdade de ação	295
5.3.	Liberdade de pensamento e manifestação	296
5.4.	Liberdade de consciência, crença e culto	299
5.5.	Liberdade de profissão	308
5.6.	Liberdade de locomoção	310
5.7.	Liberdade de reunião	313
5.8.	Liberdade de associação.....	315
6.	Direito à propriedade	317
6.1.	Introdução	317
6.2.	Função social da propriedade	318
6.3.	Limitações ao direito de propriedade	320
6.3.1.	Desapropriação.....	320
6.3.2.	Requisição.....	322
6.3.3.	Expropriação ou confisco	323
6.3.4.	Usucapião	323
7.	Direito à razoável duração do processo	324
8.	Quadro sinótico	325
9.	Questões.....	334
9.1.	Questões objetivas	334
9.2.	Questões discursivas	342
	Gabarito – questões objetivas	343
	Gabarito – questões discursivas	352

CAPÍTULO 6

DIREITOS SOCIAIS.....	357
1. Introdução	357
2. Notícias históricas.....	358
3. Finalidade	359
4. Sujeito passivo dos direitos sociais.....	360
5. Classificação dos direitos sociais	360
6. Reserva do possível	367
6.1. Introdução	367
6.2. Notícias históricas.....	367
6.3. A teoria da “reserva do possível” no direito pátrio	368
7. Mínimo existencial.....	371
8. Judicialização do direito à saúde	373
9. Vedação do retrocesso	378
10. Quadro sinótico	380
11. Questões.....	383
11.1. Questões objetivas	383
11.2. Questões discursivas	390
Gabarito – questões objetivas	391
Gabarito – questões discursivas	398

CAPÍTULO 7

DIREITO DE NACIONALIDADE.....	403
1. Introdução	403
1.1. Conceitos relacionados à matéria	404
2. Espécies de nacionalidade.....	408
2.1. Nacionalidade primária	409
2.1.1. Critérios de atribuição	409
2.1.2. Hipóteses de aquisição	409
2.2. Nacionalidade secundária (ou adquirida).....	415
2.3. Quase nacionalidade (ou brasileiros por equiparação)	420
3. Diferenças de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados	421
4. Extradicação	428
5. Perda do direito de nacionalidade.....	434
6. Art. 13, CF/88.....	438
7. Quadro sinótico	439
8. Questões.....	442
8.1. Questões objetivas	442
8.2. Questões discursivas	449
Gabarito – questões objetivas	450
Gabarito – questões discursivas	457

CAPÍTULO 8

DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS.....	459
1. Introdução	459
2. Conceito.....	459

3.	Classificação dos direitos políticos.....	460
4.	Direitos políticos positivos.....	460
4.1.	Soberania popular.....	460
4.1.1.	Direito de sufrágio.....	461
4.1.2.	Direito de voto e escrutínio.....	463
4.1.3.	Ação popular.....	465
4.1.4.	Iniciativa popular de leis.....	465
4.1.5.	Plebiscito e referendo.....	466
4.1.6.	Alistabilidade ou capacidade eleitoral ativa.....	468
4.1.7.	Elegibilidade ou capacidade eleitoral passiva.....	470
5.	Direitos políticos negativos.....	473
5.1.	Introdução.....	473
5.2.	Perda de direitos políticos.....	474
5.3.	Suspensão de direitos políticos.....	475
6.	Inelegibilidades.....	479
6.1.	Introdução.....	479
6.2.	Classificação.....	479
6.3.	Inelegibilidade absoluta.....	480
6.4.	Inelegibilidades relativas.....	481
7.	Ação de impugnação de mandato eletivo.....	495
8.	Princípio da anterioridade (ou anualidade) eleitoral.....	496
9.	Partidos Políticos.....	496
9.1.	Introdução.....	496
9.2.	Conceito.....	497
9.3.	Notícias históricas.....	498
9.4.	Natureza jurídica e requisitos para criação.....	498
9.5.	Liberdade e autonomia partidária.....	501
9.6.	Financiamento dos Partidos.....	504
10.	Quadro sinótico.....	506
11.	Questões.....	511
11.1.	Questões objetivas.....	511
11.2.	Questões discursivas.....	519
	Gabarito – questões objetivas.....	520
	Gabarito – questões discursivas.....	528

CAPÍTULO 9

AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	531	
1.	Remédios constitucionais de natureza administrativa (não jurisdicional).....	531
1.1.	Direito de petição – art. 5º, XXXIV, “a”, CF/88, c/c Lei nº 4.898/1965.....	531
1.2.	Direito à obtenção de certidões – art. 5º, XXXIV, “b”, CF/88; c/c Lei nº 9.051/1995) .	532
2.	<i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII e LXXVII, CF/88).....	533
2.1.	Introdução.....	533
2.2.	Legitimidade.....	533
2.3.	Espécies.....	534
2.4.	Cabimento.....	536

2.5.	Pressuposto lógico e especificidades	537
2.6.	Competência	540
2.7.	Procedimento	542
2.8.	Sistema recursal	543
2.9.	Técnica decisória, repercussões processuais e efeitos	544
2.10.	Do cabimento do <i>Habeas Corpus</i> Coletivo – o caso da substituição da prisão preventiva por domiciliar de mulheres presas, em todo o território nacional, que sejam gestantes ou mães de crianças de até 12 anos ou de pessoas com deficiência	544
3.	Mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX, CF/88 e Lei nº 12.016/2009)	546
3.1.	Introdução	546
3.2.	Cabimento	547
3.3.	Hipóteses de restrição de cabimento do mandado de segurança individual	549
3.4.	Competência	550
3.5.	Legitimidade ativa e passiva	553
3.6.	Procedimento	554
3.7.	Apontamentos acerca do procedimento no mandado de segurança	555
3.8.	Efeitos da decisão e recursos	556
3.9.	Prazo para impetração do mandado de segurança	558
4.	Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX, CF/88)	560
4.1.	Introdução	560
4.2.	Hipóteses de cabimento	561
4.3.	Legitimidade ativa e passiva	562
4.4.	Competência	563
4.5.	Procedimento	564
4.6.	Efeitos da decisão	564
4.7.	Principais súmulas relacionadas ao mandado de segurança	564
5.	Mandado de injunção (art. 5º, LXXI, CF/88 e LEI nº 13.300/2016)	568
5.1.	Notícias históricas e conceito	568
5.2.	Requisitos para o cabimento	568
5.3.	Legitimidade ativa e passiva	572
5.4.	Competência	574
5.5.	Procedimento	575
5.6.	Decisão e recursos cabíveis	577
5.7.	O debate acerca dos efeitos da decisão concessiva de injunção	578
6.	<i>Habeas data</i> (art. 5º, LXXII, CF/88 c/c Lei nº 9.507/1997)	583
6.1.	Introdução	583
6.2.	Cabimento	583
6.3.	Legitimidade ativa e passiva	585
6.4.	Competência	587
6.5.	Procedimento	589
6.6.	Decisão	591
7.	Ação popular (art. 5º, LXXIII, CF/88; Lei nº 4.717/1965)	591
7.1.	Introdução	591
7.2.	Conceito	592
7.3.	Espécies	592

7.4.	Requisitos	593
7.5.	Legitimidade ativa e passiva	594
7.6.	Competência	597
7.7.	Procedimento	597
7.8.	Decisão na ação popular	598
8.	Quadro sinótico	599
9.	Questões	609
9.1.	Questões objetivas	609
9.2.	Questões discursivas	621
	Gabarito – questões objetivas	622
	Gabarito – questões discursivas	633

CAPÍTULO 10

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO.....	637	
1.	Introdução	637
2.	Forma de Estado	638
3.	Tipologias de formas de Estado	638
3.1.	Estado unitário	638
3.2.	Estado federado	638
3.3.	Outras formas de Estado	641
4.	Classificação das federações	643
4.1.	Quanto à origem (ou formação)	643
4.2.	Quanto à atual concentração de poder	644
4.3.	Quanto à repartição de competências	645
4.4.	Quanto ao equacionamento das desigualdades, as federações podem ser simétricas ou assimétricas	645
4.5.	Quanto às esferas integrantes da federação, temos o federalismo de segundo e de terceiro grau	646
5.	A federação na Constituição da República de 1988	647
5.1.	Introdução	647
5.2.	União	647
5.3.	Estados-membros	648
5.4.	Municípios	649
5.5.	Distrito Federal	651
5.6.	Territórios Federais	652
6.	Formação de novos Estados e Municípios	654
6.1.	Introdução	654
6.2.	Formação de novos Estados	654
6.3.	Formação dos Municípios	659
7.	Vedações constitucionais	661
8.	Repartição constitucional de competências	662
8.1.	Introdução	662
8.2.	Princípios norteadores	663
8.3.	Técnicas de repartição	665
8.4.	Competências da União	666
8.4.1.	Materiais exclusivas – art. 21, CF/88	666

8.4.2. Legislativas privativas – art. 22, CF/88	671
8.4.3. Materiais comuns – art. 23, CF/88	683
8.4.4. Legislativas concorrentes – art. 24, CF/88	684
8.5. Competências dos Estados-membros	689
8.6. Competências dos Municípios.....	692
8.7. Competências do Distrito Federal	696
9. Quadro sinótico	698
10. Questões.....	704
10.1 Questões objetivas – Organização político-administrativa do Estado	704
Gabarito – questões objetivas	711
10.2 Questões objetivas – Repartição constitucional de competências.....	719
Gabarito – questões objetivas	729
10.3. Questões discursivas	735
Gabarito – questões discursivas	736
CAPÍTULO 11	
INTERVENÇÃO	739
1. Introdução	739
2. Conceito.....	740
3. Princípios que regem o processo interventivo	740
3.1. Princípio da não intervenção (ou da excepcionalidade da medida).....	740
3.2. Princípio da taxatividade	741
3.3. Princípio da temporariedade.....	741
4. Espécies de intervenção	742
4.1. Intervenção federal	743
4.2. Intervenção estadual.....	751
5. Quadro sinótico	753
6. Questões.....	755
6.1. Questões objetivas	755
6.2. Questões discursivas	763
Gabarito – questões objetivas	764
Gabarito – questões discursivas	771
CAPÍTULO 12	
PODER LEGISLATIVO	775
1. Introdução	775
2. Estrutura do Poder Legislativo.....	777
3. Composição e atribuições das Casas Legislativas	779
3.1. Câmara dos Deputados	779
3.2. Senado Federal.....	783
3.3. Quadro comparativo da composição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	787
3.4. Assembleias Legislativas.....	788
3.5. Câmara Legislativa do Distrito Federal	790
3.6. Câmaras Municipais	790

4.	Funcionamento e direção do Poder Legislativo.....	791
4.1.	Noções introdutórias.....	791
4.2.	Do funcionamento: sessão legislativa ordinária, sessão legislativa extraordinária e legislatura.....	792
4.3.	Sessões preparatórias e Mesas Diretoras.....	795
4.4.	Sessão conjunta.....	798
5.	Das Comissões Parlamentares.....	798
5.1.	Introdução.....	798
5.2.	Comissão representativa do Congresso Nacional.....	800
5.3.	Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).....	801
5.3.1.	Introdução.....	801
5.3.2.	Notícias históricas.....	801
5.3.3.	As Comissões Parlamentares de Inquérito na Constituição Federal de 1988.....	804
6.	Imunidades dos congressistas.....	832
6.1.	Introdução.....	832
6.2.	Imunidade material.....	835
6.3.	Imunidades formais.....	842
6.3.1.	Imunidade formal relativa à prisão (<i>freedom from arrest</i>).....	842
6.3.2.	Imunidade formal relativa ao processo.....	850
6.4.	Imunidade testemunhal.....	854
6.5.	Imunidades dos demais membros do Poder Legislativo.....	855
6.5.1.	Âmbito estadual e distrital.....	855
6.5.2.	Âmbito municipal.....	857
6.6.	Foro por prerrogativa de função.....	858
6.6.1.	Introdução.....	858
6.6.2.	Foro especial para os congressistas.....	860
6.6.3.	Foro especial para os Deputados Estaduais e Vereadores.....	868
7.	Incompatibilidades.....	870
8.	Hipóteses de perda do mandato.....	871
8.1.	A cassação e a extinção do mandato.....	871
8.1.1.	Cassação.....	872
8.1.2.	Extinção.....	873
8.1.3.	A polêmica envolvendo a condenação criminal transitada em julgado e a perda (automática ou não?) do mandato do congressista.....	875
8.1.4.	Quadro para fixação das diferentes hipóteses de perda do mandato.....	878
8.2.	A perda como decorrência da desfiliação partidária sem justa causa.....	878
8.3.	A impossibilidade de as Constituições Estaduais inovarem em matéria de perda de mandato parlamentar.....	882
8.4.	A possibilidade de o Supremo Tribunal Federal determinar a suspensão de um parlamentar de suas funções.....	882
9.	Hipóteses que não ensejam a perda do mandato.....	884
10.	Tribunal de Contas.....	885
10.1.	Introdução.....	885
10.2.	Composição do Tribunal de Contas da União.....	886
10.3.	Garantias dos integrantes dos Tribunais de Contas.....	888

10.4. Atribuições dos Tribunais de Contas e a prerrogativa para apresentação de projetos de lei.....	888
10.5. Rejeição da prestação de contas e inelegibilidade.....	895
10.6. Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas da União.....	896
10.7. Tribunais de Contas dos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.....	897
10.8. Comentários finais sobre as Cortes de contas.....	898
11. Quadro sinótico.....	899
12.1. Questões objetivas.....	908
12.2. Questões discursivas.....	921
Gabarito – questões objetivas.....	922
Gabarito – questões discursivas.....	935
CAPÍTULO 13	
PROCESSO LEGISLATIVO.....	939
1. Introdução.....	939
2. Espécies de processo legislativo.....	941
3. Espécies normativas.....	943
3.1. Introdução.....	943
3.2. Leis ordinárias – processo legislativo ordinário.....	943
3.3. Procedimento legislativo sumário ou regime de urgência constitucional (art. 64, §§ 1º a 4º, CF/88).....	971
3.4. Leis complementares.....	972
3.5. Leis delegadas.....	976
3.6. Medidas Provisórias.....	979
3.6.1. Introdução.....	979
3.6.2. Legitimidade para a edição.....	980
3.6.3. Pressupostos constitucionais legitimadores.....	981
3.6.4. Limites materiais à edição.....	983
3.6.5. Produção de efeitos (eficácia da medida).....	985
3.6.6. Procedimento.....	986
3.6.7. Rejeição e conversão da MP em lei.....	989
3.6.8. Últimas observações sobre as medidas provisórias.....	992
3.7. Decretos legislativos.....	994
3.8. Resoluções.....	995
4. Quadro sinótico.....	996
5. Questões.....	1004
5.1. Questões objetivas.....	1004
5.2. Questões discursivas.....	1016
Gabarito – questões objetivas.....	1019
Gabarito – questões discursivas.....	1032
CAPÍTULO 14	
PODER EXECUTIVO.....	1037
1. Introdução.....	1037
2. Estruturas organizacionais do Poder Executivo.....	1039
3. Sistemas de Governo.....	1039

3.1.	Introdução	1039
3.2.	Presidencialismo e Parlamentarismo	1039
3.3.	O semipresidencialismo (ou semiparlamentarismo).....	1042
3.4.	O presidencialismo como sistema preferencial de Governo nas Constituições brasileiras	1043
4.	O Poder Executivo na Constituição da República de 1988.....	1044
5.	Eleição, sistemas eleitorais e mandato do Presidente da República	1049
6.	Posse.....	1054
7.	Impossibilidades de exercer o cargo: o impedimento e a vacância.....	1056
8.	Licença.....	1062
9.	Atribuições do Presidente da República	1062
10.	Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional: órgãos consultivos.....	1066
10.1.	Introdução	1066
10.2.	Conselho da República	1066
10.3.	Conselho de Defesa Nacional	1067
11.	Imunidades	1068
11.1.	Imunidades do Presidente da República	1068
11.2.	Imunidades dos Governadores e dos Prefeitos	1072
12.	Responsabilidade do Presidente da República	1075
12.1.	Introdução	1075
12.2.	Juízo de admissibilidade realizado pela Câmara dos Deputados.....	1077
12.3.	Crimes comuns	1081
12.4.	Crimes de responsabilidade	1083
13.	Responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos.....	1089
14.	Conclusões finais sobre a perda do mandato	1093
15.	Quadro sinótico	1093
16.	Questões.....	1097
16.1.	Questões objetivas	1097
16.2.	Questões discursivas	1109
	Gabarito – questões objetivas	1110
	Gabarito – questões discursivas	1119

CAPÍTULO 15

PODER JUDICIÁRIO.....	1123	
1.	Introdução	1123
2.	Órgãos do Poder Judiciário	1125
2.1.	Organograma do Poder Judiciário	1126
2.2.	Número de membros dos órgãos do Poder Judiciário	1128
2.3.	Padrão de idade como requisito de ingresso	1128
2.4.	Aprovação prévia pelo Senado Federal como requisito para a posse	1129
3.	A regra do quinto constitucional	1129
4.	O quinto constitucional e o “pensamento do possível”	1131
5.	Garantias do Poder Judiciário	1133
5.1.	Introdução	1133

5.2.	Garantias institucionais	1133
5.2.1.	Garantias de autonomia orgânico-administrativa.....	1134
5.2.2.	Garantias de autonomia financeira.....	1136
5.3.	Garantias funcionais (ou de órgãos).....	1137
5.3.1.	Garantias de independência dos órgãos judiciários.....	1137
5.3.2.	Garantias de imparcialidade dos órgãos judiciários.....	1141
6.	Conselho Nacional de Justiça.....	1143
6.1.	Aspectos introdutórios.....	1143
6.2.	Regras referentes à composição.....	1143
6.3.	Competências do Conselho.....	1145
6.4.	Controle judicial da atuação do CNJ.....	1149
6.5.	A discussão sobre a constitucionalidade do Conselho Nacional de Justiça.....	1150
7.	Súmulas Vinculantes.....	1150
7.1.	Introdução.....	1150
7.2.	Notícias históricas: direito comparado e direito pátrio.....	1151
7.3.	Súmulas Vinculantes: alguma arquitetura.....	1153
7.3.1.	Previsão constitucional, legal e finalidade.....	1153
7.3.2.	Competência exclusiva.....	1154
7.3.3.	Pressupostos (requisitos constitucionais).....	1154
7.3.4.	Objeto.....	1155
7.3.5.	Legitimidade para provocar a edição, revisão ou cancelamento do enunciado de súmula vinculante.....	1155
7.3.6.	Aspectos procedimentais.....	1157
7.3.7.	O efeito vinculante.....	1158
7.3.8.	Cabimento da reclamação.....	1159
8.	Arquitetura do Poder Judiciário.....	1159
8.1.	Introdução.....	1159
8.2.	Órgãos de convergência.....	1160
8.3.	Órgãos de superposição.....	1160
8.4.	Justiça comum.....	1160
8.5.	Justiça especial.....	1161
9.	O Supremo Tribunal Federal (arts. 101 a 103, CF/88).....	1162
9.1.	Introdução.....	1162
9.2.	Composição.....	1162
9.3.	Atribuições.....	1164
9.3.1.	Primeiras palavras.....	1164
9.3.2.	Inciso I – Competências originárias.....	1167
9.3.3.	Inciso II – Competência recursal ordinária.....	1182
9.3.4.	Inciso III – Competência recursal extraordinária.....	1183
10.	Superior Tribunal de Justiça (arts. 104 e 105, CF/88).....	1189
10.1.	Introdução.....	1189
10.2.	Composição.....	1189
10.3.	Competências.....	1191
10.4.	Competências comparadas.....	1193
11.	Justiça do Trabalho (arts. 111 a 116, CF/88).....	1195

12. Tribunais e Juízes Eleitorais (arts. 118 a 121, CF/88)	1199
13. Tribunais e Juízes Militares (arts. 122 a 124, CF/88).....	1202
14. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais (arts. 106 a 110, CF/88)	1205
15. Tribunais e Juízes dos Estados (arts. 125 e 126, CF/88)	1209
16. Quadro sinótico	1210
17. Questões.....	1219
17.1. Questões objetivas	1219
17.2. Questões discursivas	1230
Gabarito – questões objetivas	1230
Gabarito – questões discursivas	1240

CAPÍTULO 16

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	1243
1. Introdução	1243
2. Ministério Público.....	1244
2.1. Introdução	1244
2.2. Natureza	1244
2.3. Princípios institucionais.....	1246
2.4. Ingresso na carreira	1249
2.5. Garantias e vedações aos membros do Ministério Público	1251
2.6. Organização e composição do Ministério Público	1256
2.7. Procurador-Geral da República.....	1258
2.8. Procurador-Geral de Justiça	1261
2.9. Conselho Nacional do Ministério Público.....	1262
2.10. Funções Institucionais do Ministério Público	1265
2.10.1. Investigação criminal e teoria dos “poderes implícitos”	1265
2.11. Ministério Público nos Tribunais de Contas.....	1267
3. Advocacia pública	1268
3.1. Introdução	1268
3.2. Organização da Advocacia-Geral da União	1269
3.3. O Advogado-Geral da União	1271
3.4. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal.....	1272
4. Advocacia privada.....	1275
4.1. Introdução	1275
4.2. Habilitação para a profissão de advogado e a questão da indispensabilidade	1275
4.3. A inviolabilidade do advogado	1277
4.4. Direitos do advogado	1277
5. Defensoria Pública	1279
5.1. Introdução	1279
5.2. Notícias históricas.....	1280
5.3. Arquitetura e organização da Defensoria Pública.....	1284
5.4. Garantias, prerrogativas e vedações para os membros da Defensoria Pública	1285
5.5. Destinatários dos serviços prestados pela Defensoria Pública	1288
5.6. Legitimidade para a propositura de ação civil pública	1289

6.	Quadro comparativo.....	1289
7.	Quadro sinótico	1290
8.	Questões.....	1296
8.1.	Questões objetivas	1296
8.2.	Questões discursivas	1305
	Gabarito – questões objetivas	1306
	Gabarito – questões discursivas	1314

CAPÍTULO 17

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE 1319

1.	Introdução	1319
2.	Tipologia da inconstitucionalidade.....	1321
2.1.	Introdução.....	1321
3.	Parâmetro para a declaração de constitucionalidade ou inconstitucionalidade	1328
4.	Classificação das fórmulas adotadas para o controle de constitucionalidade.....	1330
4.1.	Introdução.....	1330
4.2.	Quanto à natureza do órgão.....	1330
4.3.	Quanto ao momento do controle.....	1331
4.4.	A relação entre o órgão e o momento de controle no direito brasileiro.....	1331
4.5.	Quanto ao número de órgãos competentes para a realização do controle	1337
4.6.	Quanto à finalidade (ou objetivo) do controle	1337
5.	Controle difuso de constitucionalidade.....	1339
5.1.	Introdução	1339
5.2.	Primeiras palavras	1340
5.3.	O Controle difuso nos Tribunais	1342
5.4.	Efeitos da decisão.....	1346
5.4.1.	Introdução.....	1346
5.4.2.	Efeitos quanto ao aspecto temporal	1346
5.4.3.	Efeitos quanto ao aspecto subjetivo	1348
5.5.	A atuação do Senado Federal no controle difuso.....	1349
5.6.	A abstrativização (ou objetivação) do controle difuso	1349
5.7.	Tipos de ações no controle difuso	1351
5.7.1.	Introdução.....	1351
5.7.2.	O controle difuso e a ação civil pública.....	1352
6.	Controle concentrado.....	1354
6.1.	Introdução	1354
6.2.	Controle concentrado no Brasil.....	1355
6.3.	Ação direta de inconstitucionalidade	1357
6.3.1.	Introdução.....	1357
6.3.2.	Legitimidade ativa.....	1357
6.3.3.	Parâmetro e objeto	1364
6.3.4.	Procedimento	1373
6.3.5.	Atuação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no controle concentrado de constitucionalidade	1375
6.3.6.	<i>Amicus curiae</i>	1378

6.3.7.	Medida cautelar	1381
6.3.8.	Efeitos das decisões definitivas	1383
6.4.	Ação Declaratória de Constitucionalidade	1392
6.4.1.	Introdução.....	1392
6.4.2.	Legitimidade ativa.....	1393
6.4.3.	Parâmetro e objeto	1394
6.4.4.	Competência.....	1395
6.4.5.	Aspectos procedimentais.....	1395
6.4.6.	Medida cautelar na ADC	1397
6.4.7.	Decisão definitiva.....	1398
6.5.	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão	1398
6.5.1.	Introdução.....	1398
6.5.2.	Objeto	1400
6.5.3.	Legitimidade ativa e passiva	1401
6.5.4.	Procedimento	1401
6.5.5.	Medida liminar.....	1402
6.5.6.	Efeitos da decisão definitiva.....	1403
6.6.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	1404
6.6.1.	Introdução.....	1404
6.6.2.	Legitimidade ativa.....	1404
6.6.3.	Parâmetro	1405
6.6.4.	Princípio da subsidiariedade: definição, a aplicação da fungibilidade e a definição do objeto	1406
6.6.5.	Espécies de ADPF	1408
6.6.6.	Medida cautelar na ADPF	1411
6.6.7.	Decisão definitiva.....	1412
6.6.8.	Viabilidade de acordo no âmbito da ADPF	1413
7.	Quadro sinótico	1414
8.	Questões.....	1425
8.1.	Questões objetivas	1425
8.2.	Questões discursivas	1439
	Gabarito – questões objetivas	1441
	Gabarito – questões discursivas	1459

CAPÍTULO 18

	CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS	1463
1.	Introdução	1463
2.	Competência.....	1464
3.	Objeto.....	1465
4.	Parâmetro	1465
4.1.	Introdução	1465
4.2.	Constituição Estadual como parâmetro	1466
4.3.	Constituição Federal como parâmetro	1467
5.	Legitimação	1469
6.	Ações possíveis em âmbito estadual	1470

7.	Interposição de Recurso Extraordinário no STF em face das decisões prolatadas pelo Tribunal de Justiça	1471
8.	Simultaneidade de ações diretas de inconstitucionalidade.....	1473
9.	Quadro sinótico	1475
10.	Questões.....	1476
10.1.	Questões objetivas	1476
10.2.	Questões discursivas	1481
	Gabarito – questões objetivas	1482
	Gabarito – questões discursivas	1489

CAPÍTULO 19

DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 1493

1.	Introdução	1493
2.	Da defesa das instituições democráticas	1494
3.	Estado de Defesa	1496
3.1.	Introdução	1496
3.2.	Hipóteses de decretação (pressupostos materiais ou condições de fundo para a decretação).....	1496
3.3.	Titularidade	1496
3.4.	Requisitos (condições de forma)	1496
3.5.	Procedimento	1497
3.6.	Medidas coercitivas.....	1498
3.7.	Controle.....	1499
4.	Estado de Sítio	1501
4.1.	Introdução	1501
4.2.	Hipóteses de decretação	1501
4.3.	Titularidade	1502
4.4.	Requisitos	1502
4.5.	Procedimento e prazo	1503
4.6.	Restrições de Direitos.....	1503
4.7.	Controle.....	1504
5.	Forças Armadas	1505
6.	Segurança Pública.....	1510
6.1.	Órgãos de segurança pública.....	1511
6.2.	Órgãos federais – a segurança pública realizada pelos órgãos da União.....	1512
6.3.	Órgãos estaduais – a segurança pública realizada pelos órgãos dos Estados.....	1513
6.4.	A segurança pública no Distrito Federal	1514
6.5.	A segurança pública nos Municípios	1514
6.6.	A segurança pública nos Territórios Federais	1515
6.7.	Direito de greve e carreiras de segurança pública.....	1515
7.	Quadro sinótico	1517
8.	Questões.....	1521
8.1.	Questões objetivas	1521
8.2.	Questões discursivas	1529
	Gabarito – questões objetivas	1529
	Gabarito – questões discursivas	1537

CAPÍTULO 20

ORDEM ECONÔMICA.....	1539
1. Introdução	1539
2. Princípios gerais da ordem econômica	1540
3. Análise dos artigos 171 a 192 da Constituição	1547
3.1. Art. 171.....	1547
3.2. Art. 172.....	1547
3.3. Arts. 173 e 174: a atuação do Estado no domínio econômico	1548
3.4. Arts. 175 a 181: outras formas de atuação do Estado no domínio econômico.....	1553
3.5. Arts. 182 e 183: política urbana	1554
3.6. Arts. 184 a 191: política agrícola, fundiária e reforma agrária	1556
3.7. Art. 192: sistema financeiro nacional	1558
4. Quadro sinótico	1559
5. Questões.....	1561
5.1. Questões objetivas	1561
5.2. Questão discursiva.....	1568
Gabarito – questões objetivas	1569
Gabarito – questão discursiva.....	1575

CAPÍTULO 21

ORDEM SOCIAL.....	1577
1. Introdução	1577
2. Da seguridade social.....	1578
2.1. Notícias históricas.....	1578
2.2. Definição	1579
2.3. Financiamento.....	1579
2.4. Objetivos	1580
2.5. Saúde.....	1581
2.6. Previdência Social.....	1586
2.7. Assistência Social.....	1587
3. Da educação, da cultura e do desporto (arts. 205 a 214, CF/88).....	1589
4. Da ciência, tecnologia e inovação (arts. 218 a 219-b, CF/88)	1603
5. Da comunicação social (arts. 220 a 224, CF/88)	1605
6. Do meio ambiente	1607
7. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso.....	1611
8. Dos índios (arts. 231 e 232, CF/88).....	1618
9. Quadro sinótico	1621
10. Questões.....	1623
10.1. Questões objetivas	1623
10.2. Questões discursivas	1630
Gabarito – questões objetivas	1631
Gabarito – questões discursivas	1636

BIBLIOGRAFIA.....	1641
--------------------------	-------------